

OPINIÃO

Ainda a Sé de Lisboa e a sua Mesquita

Perante a solução encontrada para a preservação dos achados do período islâmico, é de lamentar que não se tenha querido preservar mais. O projecto deveria servir o sítio arqueológico, em vez de ser o sítio arqueológico a servir o projecto.



Hermenegildo Fernandes

1 de Dezembro de 2021, 17:57

Há cerca de um ano, o público e a comunidade científica receberam uma boa e uma má notícia sobre os trabalhos em curso num dos mais importantes sítios para a identidade portuguesa, o claustro da Sé de Lisboa, construção dionisina cujas escavações, em curso desde os anos 90, revelaram uma estratigrafia que vai desde a Idade do Ferro aos níveis romanos e medievais islâmicos. A primeira notícia prendia-se com a importância extraordinária dos novos edifícios do período islâmico encontrados, a segunda com as soluções de musealização propostas que implicavam, então, a destruição dos novos achados (<https://www.publico.pt/2020/09/25/local/noticia/direccao-geral-patrimonio-cultural-acusada-mandar-destruir-vestigios-islamicos-lisboa-1932905>) (ou a sua conservação pelo registo, o que é materialmente a mesma coisa).

Não parece haver dúvida de que a mobilização da comunidade científica, assim como a sensibilidade crescente à importância dos vestígios do passado enquanto veículos construtores de identidade, tiveram, nesse momento, um papel decisivo na reversão de um processo de “desmontagem” que parecia certo (<https://www.publico.pt/2020/10/07/local/noticia/lisboa-absurdo-museu-desenhado-valorizar-arqueologia-destruiu-arqueologia-1934370>). Evitava-se, assim, a repetição de um inacreditável acumular de destruições perpetradas em ambiente urbano e que são a outra face, escusada, do crescimento urbano e do desenvolvimento turístico da cidade nos últimos 25 anos. É certo que o surto das escavações de intervenção revolucionou o que sabíamos sobre as Lisboas pré-terramoto (<https://www.publico.pt/2021/11/23/local/noticia/reabriuse-porta-2500-anos-historia-lisboa-subsolo-baixa-1986091>) e que esse avanço foi particularmente importante nos casos das Lisboas romana (<https://www.publico.pt/2021/01/14/local/noticia/ha-site-mergulhar-fundo-lisboa-romana-1946377>) e islâmica (<https://www.publico.pt/2019/11/16/local/noticia/necropole-mouraria-1893957>). Mas o custo patrimonial foi imenso, em particular porque se demorou, se demora, a perceber que a preservação física do registo arqueológico é ao mesmo tempo essencial do ponto de vista da memória e rentável do ponto de vista económico. É precisamente essa diferença que os visitantes procuram numa cidade como Lisboa (ou em outras cidades portuguesas) e ela é a razão por que as indústrias culturais, que incluem a Arqueologia e a História ou a História de Arte, não são, ao contrário de todas as aparências, deficitárias. Foi por não se compreender isto que se destruiu o bairro islâmico e os importantes restos da Lisboa romana escavados na Praça da Figueira. Os exemplos poderiam multiplicar-se *ad nauseam*. Mas ficam aqui estes por todos.

Aparentemente, nesse sentido, o caso do Claustro da Sé de Lisboa parece representar uma inflexão (<https://www.publico.pt/2020/10/14/culturaipilon/noticia/ministra-cultura-determina-conservacao-vestigios-mesquita-lisboa-1935180>). Olhando mais de perto (ou de dentro) somos, no entanto, levados a pensar outra coisa.

Em primeiro lugar, porque foi necessário mobilizar uma imensa quantidade de tempo e de recursos (<https://www.publico.pt/2020/09/30/local/noticia/conselho-nacional-cultura-vai-decidir-destino-vestigios-islamicos-lisboa-1933489>) para salvar o que deveria estar salvaguardado por natureza, dada a importância do achado. E isso faz temer que em situações menos espectaculares o mecanismo continue a não funcionar.

Em segundo lugar, porque não foram tomadas as necessárias medidas para manter a discussão realmente aberta durante este ano decisivo. A difusão pública dos pareceres dos peritos, antes da apresentação do projecto final, por exemplo, teria sido importante também porque só eles tiveram acesso oficial aos relatórios de escavação.

Dois deles, o de Santiago Macias e o de Felix Arnold, constituem importantes contributos preliminares para o esclarecimento da natureza das estruturas. Nenhum deles confirma que elas pertençam à mesquita *aljama* (<https://www.publico.pt/2021/01/14/culturaipsilon/noticia/peritos-vestigios-islamicos-lisboa-nao-sao-antiga-mesquita-1946223>), embora não invalidem, como penso, que façam parte de edifícios contíguos que constituem o complexo de uma mesquita central numa cidade islâmica medieval da escala de al-Ushbuna: banhos, uma parte do *suq*, isto é, do mercado, são outras tantas hipóteses de explicação para as estruturas descobertas.

O outro parecer, o de Rosa e Mário Varela Gomes, não o é, porque assenta todo num pré-juízo que neste caso poderia ter trazido muito prejuízo: o de que as estruturas não fazem parte do complexo da mesquita porque a mesquita *aljama* era noutra lugar, no caso na alcáçova (castelo). Todos já tínhamos ouvido esta hipótese que os dados disponíveis infirmam: a posição habitual da *aljama* no centro da medina e, no caso, no eixo que liga a porta ocidental à do sol; a proximidade aos mercados que os estudos de Manuel Fialho Silva provam; a contradição de fazer uma mesquita para todos (a comunidade) num bairro murado para poucos (a alcáçova); a monumentalidade da mesquita principal descrita pelo Cruzado (sete filas de colunas, oito naves) que não se acomoda facilmente noutra lugar; o que sabemos sobre a consagração da mesquita *aljama* enquanto Sé no dia de Todos os Santos de 1147, parte nuclear que foi do processo de cristianização da cidade; e, finalmente, os paralelos de outros lugares em que a *aljama* foi transformada em Sé (Toledo, Sevilha, Córdoba..). Nada disto pois seria sério se não tivesse contribuído para lançar a confusão mesmo num público profissional da História ou da Arqueologia não especialista neste domínio preciso (<https://www.publico.pt/2021/11/19/local/noticia/mesquita-lisboa-duvida-desenterrou-guerra-arqueologos-1985529>).

A terceira má notícia decorre da solução encontrada pelo projecto apresentado na conferência de imprensa desta segunda-feira (<https://www.publico.pt/2021/11/29/culturaipsilon/noticia/novo-projecto-lisboa-aprovado-obras-arrancam-inicio-2022-1986873>). Percebe-se agora, quando confrontado aquele com o edificado sobrevivente, que uma parte das estruturas será eliminada. Isso parece incluir um troço de uma parede esgrafitada onde se encontram esboços talvez preparatórios do próprio claustro, e parte de outras estruturas (muro dos banhos, sistema de canalizações relacionáveis com os banhos, muro do átrio). Todas estas operações, indesejáveis em si, comprometem a leitura do conjunto. Sabemos bem que não é sempre possível preservar tudo. Mas cremos que aqui é possível preservar muito mais, se o projecto for construído para o sítio, em vez de o sítio arqueológico se dever acomodar ao projecto. Afinal o sítio é o único grande protagonista, ou antes, o único que interessa. É uma questão tanto de bom senso como de bom gosto.